

(Kant) e Hannah Arendt: verdade, mentira e solidão na política contemporânea

Diego dos Anjos Azizi¹



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



<https://doi.org/10.32459/2447-8717e397>

Recebido: 25-09-2026 | Aprovado: 30-09-2026 | Publicado: 31-10-2026

Resumo: O presente ensaio, fruto de uma palestra ministrada no Centro Universitário Assunção em 2026, trata do problema da mentira no interior do espaço público contemporâneo. A pergunta fundamental é a de como é possível a criação, a disseminação e a adesão da mentira na política no mundo contemporâneo? A reflexão aqui empreendida relaciona o fenômeno da solidão em massa com a adesão da mentira com cada vez mais força e, para isso, se inicia com a colocação do problema a partir de um ensaio de Kant e se desenvolve no interior das reflexões da filosofia política de Hannah Arendt. O texto se debruça sobre a mentira como discurso oficial dos regimes totalitários, que se servem de ideologia e terror para produzir o isolamento e a solidão dos indivíduos, alvos dóceis destas mentiras. Em seguida reflete sobre os elementos cristalizados do totalitarismo no mundo de hoje e chama a atenção para seus perigos.

Palavras-Chave: Totalitarismo; Solidão; Mentira; Hannah Arendt; Ideologia.

Abstract: This essay, the result of a lecture delivered at the Centro Universitário Assunção in 2026, deals with the problem of lying within the contemporary public space. The fundamental question is: how is the creation, dissemination, and adherence to lies in politics possible in the contemporary world? The reflection undertaken here relates the phenomenon of mass loneliness to the adherence to lies with ever-increasing force and, to this end, begins with the posing of the problem based on an essay by Kant, and develops within the reflections of Hannah Arendt's political philosophy. The text examines lying as the official discourse of totalitarian regimes, which make use of ideology and terror to produce the isolation and loneliness of individuals, docile targets of these lies. It then reflects on the crystallized elements of totalitarianism in today's world and draws attention to its dangers.

Keywords: Totalitarianism; Loneliness; Lies; Hannah Arendt; Ideology.

¹ Doutor em filosofia pela UFPR. Mestre e graduado em filosofia pela PUC-SP. Especialista em Ciência Política pela FESP-SP. Pós-doutorando em filosofia pela USP. Professor de filosofia e política da UNIFESP. Professor dos cursos de pós-graduação do Centro Universitário Assunção. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5645-2925>.

Introdução

Este texto busca apresentar uma pequena reflexão sobre o problema da mentira na política. Originalmente, o texto que se segue foi produzido para uma apresentação oral em uma palestra², e por isso preferi manter o tom da oralidade e um certo ar de informalidade (mesmo fazendo adições mínimas e retoques ao texto final). Creio que dessa maneira preservarei o tom da reflexão, que não pode ser reduzida a um comentário dos textos de Kant e Arendt, pura e simplesmente. Minha intenção é usá-los, obviamente a partir do máximo rigor exegético dos textos, mas com o objetivo de lançar luz a problemas contemporâneos que assolam não apenas nosso país, mas grande parte do mundo.

Apresento inicialmente, e de maneira bem restrita e resumida, uma interpretação do problema da mentira na política em Kant, mas já avisando de antemão que me deterei com mais ênfase nas reflexões de Hannah Arendt. Seria muito mais óbvio falar sobre esse tema em Arendt a partir de seu texto intitulado “Verdade e Política” (2014), mas me focarei primariamente em “Origens do Totalitarismo” (1989), pois gostaria de construir os pressupostos filosóficos arendtianos que permitem uma reflexão política mais robusta sobre as condições mais nocivas da mentira na política.

Primeira aproximação: Kant e o direito de mentir

É bastante conhecida a discussão entre Benjamin Constant e Immanuel Kant sobre o problema da mentira. No seu ensaio “Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade” (1985), Kant sustenta que seria moralmente errado mentir a um assassino mesmo se for para salvar um amigo de ser assassinado. Aqui, parece haver uma contradição entre o rigor e o formalismo do imperativo categórico e a defesa de vidas inocentes. Contudo, poderíamos dizer que “a teoria moral kantiana não se reduz a uma simples aplicação do imperativo categórico, mas também envolve uma série de outras considerações e perspectivas no âmbito do julgamento moral, o que envolve uma teoria da ação moral” (Klein, 2023, p. 96). Me parece, então, não ser uma intransigência de Kant, mas um apelo à veracidade como princípio, e como o próprio Kant afirma, “é impossível admitir declarações como comprobatórias e, no entanto, como intencionalmente falsas” (Kant apud Grünwald, 2008, p. 180).

² Palestra ministrada no XXVIII Encontro de Pós-Graduação: Narrativas que educam – Linguagens, Culturas e Saberes, no Centro Universitário Assunção-SP, em 2026.

Há, como afirma Grünewald (2008, p. 180), uma distinção entre a proibição ético-virtuosa e a jurídico-moral. É esta última que o ensaio de Kant parece abordar e a qual irei explorar. Kant concorda em parte com Constant em sua argumentação e afirma:

A veracidade nas declarações que não se pode evitar é um dever formal do homem com relação a qualquer outro, por maior que seja o prejuízo decorrente disso para ele ou para outra pessoa; e se não cometo uma injustiça contra aquele que me obriga a uma declaração de maneira injusta, se as falsifico, cometo, por essa falsificação, que também pode ser chamada mentira (embora não no sentido dos juristas), em geral uma injustiça na parte mais essencial do dever: isto é, faço, naquilo que a mim se refere, com que as declarações em geral não encontrem mais crédito, e portanto também todos os direitos fundados em contratos sejam abolidos e percam a força; isto é uma injustiça causada à humanidade em geral (Kant, 1985, p. 120).

Ele deixa claro que não se trata de um problema ético, mas de uma obrigação legal. Na nota 2 do texto, lemos o seguinte:

Não posso aqui tornar mais penetrante o princípio até o ponto de dizer: ‘A inveracidade é a violação do dever para consigo mesmo’. Pois este princípio refere-se à ética, mas aqui trata-se de um dever de direito. A doutrina da virtude vê naquela transgressão apenas uma *indignidade*, cuja reprovação o mentiroso faz recair sobre si mesmo (Kant, 1985, p. 120).

A mentira, considerada como princípio motivador da ação, impediria a própria possibilidade de qualquer comunidade humana fundada em contratos. Como bom contratualista, Kant nos convida a refletir sobre o fato de a mentira poder se tornar um **direito**, ou seja, um direito político. Afinal, se pressupusermos a mentira, ao invés da veracidade, nenhum contrato seria respeitado, cumprido, creditado, enfim. Nenhum direito fundado em contratos, portanto, poderia existir. Por isso, um presumível **direito** de mentir exclui um acordo legal da liberdade externa de todos e é, com isso, uma infração ao direito da humanidade. Não pode haver um poder legal para a mentira. Creio que o ensaio de Kant se dirija à política nesses termos.

No exemplo dado por Kant em seu texto, a comunicação entre o criminoso e o amigo não se coloca sob o pressuposto da sinceridade que possibilita os contratos, mas sob o pressuposto de um cálculo de dominação e poder sobre a liberdade de expressão do perguntado. Podemos muito bem, como faz Klein, admitir que

[...] a teoria moral kantiana considera a mentira sempre como imoral (tanto de uma perspectiva ética, quanto jurídica), enquanto que, ao mesmo tempo, é possível dizer que em certos casos a mentira pode ser a ação moralmente correta de um agente moral prudente (Klein, 2023, p. 96).

Até mesmo em Kant há exceções às regras práticas³.

Levantei aqui o assunto da mentira na política a partir de Kant, pois me parece um início interessante para podermos pensar as consequências de um **direito** à mentira no âmbito político, ou seja, no interior de um espaço público, onde decisões travadas implicam consequências para todos os seres humanos que habitam esse espaço.

Hannah Arendt e a mentira na política

Não se mente apenas dizendo o falso, e creio ser uma importante lição a se aprender. Mentir não é cometer um erro, como afirma Santo Agostinho em “*De mendacio*”. É possível dizer o falso sem intenção, portanto. Mas mentir é diferente e significa querer enganar o outro e não apenas dizer o falso acidentalmente. Como afirmou Koyré, em “Reflexões sobre a mentira”, “nunca mentimos tanto... com efeito, dia após dia, hora após hora, minuto após minuto, ondas de mensagens se espalham no mundo. A palavra, a escrita, o jornal, a rádio... todo o progresso técnico é colocado ao serviço da mentira. O homem moderno – ainda aí, é no homem totalitário que pensamos – banha-se na mentira, respira a mentira, está submetido à mentira em todos os instantes da sua vida” (Koyré, 2019, p. 179). Koyré escreve essas linhas em 1943, no auge da Segunda Guerra Mundial e do regime totalitário nazista, mas parece que está falando de nós, nos dias de hoje, para nós. Suas palavras são assombrosamente atuais e podemos imaginar o que essa máquina de guerra propagandística dos regimes totalitários não faria com as ferramentas comunicativas digitais que temos à mão.

A mentira moderna é fabricada em massa e se dirige às massas. Como tudo que é massificado, há uma perda de qualidade, inclusive no ato de mentir. A técnica de propaganda é refinada, mas seu conteúdo é tosco, o que o permite ser mais vil. Suas asserções revelam um desprezo em face à verdade factual. E esse refinamento da técnica atingiu seu ápice durante o desenvolvimento dos regimes totalitários, em especial do nazismo e da propaganda moderna fundada nos princípios de Joseph Goebbels.

Arendt e Koyré concordam nesse ponto fundamental. Uma das heranças dos regimes totalitários foi a produção massiva da mentira no espaço político, aquilo que Kant denunciava

³ Tenho completa consciência de que apresentei o texto de Kant e algumas de suas ideias basilares de maneira muito rápida e superficial, mas a intenção desta fala não consiste em fazer uma exegese rigorosa da filosofia de Kant, apenas levantar um aspecto do problema que o filósofo alemão levantou e que ainda nos coloca para pensar. Para uma investigação mais aprofundada do texto kantiano: Cf. Klein, J. Kant versus Constant: Sobre um suposto direito de mentir. *Studia Kantiana*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 95–126, 2023.; Cf. Grünewald, B. Veracidade, direito e mentira. Tradução de Geraldo Miniuci. *Studia Kantiana*, [S. l.], v. 6, n. 6/7, p. 180–192, 2008.; Benton, R. Political Expediency and Lying: Kant vs Benjamin Constant. *Journal of the History of Ideas*, v. 43, n. 1, p. 135–144, 1982.

como sendo uma impossibilidade para a própria vida política, que deve ser ajustada ao direito e não o contrário. Não é possível ajustar o direito de mentir à vida política, mas é a política que deve se ajustar ao direito, que impede o direito à mentira (por causa do que foi dito agora há pouco na reflexão de Kant). O direito à mentira é, portanto, a implosão da vida política.

A noção de mentira pressupõe a noção de veracidade e, para Arendt, nos regimes totalitários, essa noção é simplesmente destruída. Eu gostaria que esse trecho de Arendt, colocado agora talvez de maneira ainda ininteligível, se tonasse plenamente inteligível ao final desta fala, em que ele será retomado, com base em uma série de conceitos e reflexões oferecidos pela filósofa. Vamos ao trecho.

O que as massas se recusam a reconhecer é a fortuidade que permeia a realidade. São predispostas a todas as ideologias porque explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências inventando uma onipotência oniabrangeante que supostamente está na raiz de todo acaso. A propaganda totalitária viceja nesta fuga da realidade para a ficção, da consciência para a consistência (Arendt *apud* Correia, 2014, p. 11)⁴.

Sabemos que para Arendt há dois elementos fundamentais para a configuração de um regime totalitário de dominação total: ideologia e terror.

O domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações. O problema é fabricar algo que não existe, isto é, um tipo de espécie humana que se assemelhe a outras espécies animais, e cuja única “liberdade” consista em “preservar a espécie”. O domínio totalitário procura atingir esse objetivo através da doutrinação ideológica das formações de elite e do terror absoluto nos campos [...]. (Arendt, 1989, p. 488).

O terror total praticado nos campos de concentração é a essência do totalitarismo, erradicando primeiramente a espontaneidade humana. Ele não mata simplesmente as pessoas, mas primeiro erradica a individualidade e a capacidade de ação. Qualquer ação espontânea entre as pessoas deve ser destruída em um regime totalitário. Essa destruição da espontaneidade da ação humana, que é a condição para a pluralidade e, portanto, para a política, significa o isolamento dos indivíduos na esfera política, logo, sua impotência, algo que também reverbera na esfera privada ao produzir solidão. Isolamento (político) e solidão (privada) são as consequências da erradicação da espontaneidade humana, o que produz uma ferida mortal tanto no tecido político quanto social. Os elementos que ligam as pessoas em uma comunidade de cidadãos as reduzem a átomos apolíticos a serviço de um regime que destruiu tanto a esfera pública quanto a privada. Os campos de concentração são os

⁴ Utilizei a citação em *apud* pois a tradução feita por Adriano Correia me parece mais interessante.

laboratórios do totalitarismo e esse terror se alastra para todo o tecido social. Todo mundo é um inimigo em potencial, todo mundo precisa estar alerta para qualquer ação fora da lógica de controle ideológico do Estado totalitário e o terror é o responsável por produzir os elementos que desligam os indivíduos de seus mundos de significação histórica. Não se trata apenas de medo, que obviamente é um componente do terror, mas aquele não se reduz a este. O medo é uma emoção que pode ter causas reais ou imaginárias e, para Arendt, pode até levar à ação. O terror como elemento constitutivo do totalitarismo é um instrumento de dominação que visa precisamente eliminar a capacidade de ação, eliminando toda a capacidade de ação espontânea e, por isso, a pluralidade.

O isolamento e a solidão são o fundamento para a ampliação da ficcionalização do mundo, o que chamo aqui de mentira no âmbito político. Com isso, a própria noção de evidência da verdade, como víamos em Descartes a partir do recurso à clareza e à distinção, é abolida. Se antes a evidência da verdade aparecia para um intelecto, agora nos regimes totalitários a noção de evidência será compreendida como algo produzido a partir de suas próprias linhas de raciocínio e o evidente por si próprio não mais aparece para um intelecto, mas é produzido ficcionalmente pela ideologia. A verdade factual (e não se esqueçam desse conceito) é substituída por uma ficção criada pelo regime, ou seja, uma mentira.

Existem numerosos relatos de sobreviventes. Quanto mais autênticos, menos procuram transmitir coisas que escapam à compreensão humana e à experiência humana – ou seja, sofrimentos que transformam homens em “animais que não se queixam”. Nenhum desses relatórios inspira arroubos de indignação e simpatia capazes de mobilizar os homens em nome da justiça. Pelo contrário, qualquer pessoa que fale ou escreva sobre campos de concentração é tida como suspeita; e se o autor do relato voltou resolutamente ao mundo dos vivos, ele mesmo é vítima de dúvidas quanto à sua própria veracidade, como se pudesse haver confundido um pesadelo com a realidade (Arendt, 1989, p. 489).

A ideologia complementa o terror eliminando a capacidade do pensamento individual e da experiência significativa, inclusive entre os próprios executores, ligando-os, unindo-os em um movimento de destruição comum. Para Arendt, ideologia significa a lógica de um discurso teórico pseudocientífico que dota os crentes de uma explicação total do passado, do presente e da predição do futuro. Assim, a realidade experienciada pelos seres humanos, factual, originária, se torna insignificante comparada ao que *deve* acontecer. Assim, a ideologia produz um mundo fictício em que aquilo que deve acontecer tem importância fundamental sobre a realidade; em outras palavras, mesmo sendo mentirosa, a ideologia supera a realidade da experiência factual.

O que é mais perigoso na ideologia, para Arendt, é a ênfase na consistência lógica. O discurso totalitário persegue com um raciocínio implacável as implicações das lutas raciais, a

saber, o assassinato do último inimigo objetivo. A ideologia é esvaziada de qualquer conteúdo, exceto o automático processo de dedução de que um ou outro grupo deveria morrer. O que o raciocínio ideológico promove é a conclusão sempre sobre o pior de tudo, através de um processo dedutivo, chegando às piores conclusões de tudo. A ideologia tem raciocínio formal, mas não tem pensamento. Isso significa que há nela uma racionalidade instrumental capaz de operar processos de dedução, ou seja, de inferir conclusões necessárias, formalmente necessárias, de premissas completamente falsas. E cabe lembrar aqui o que Arendt entende por pensamento e para isso farei uma (nem tão) longa digressão. Voltemos a Kant.

[início da digressão] No início da “Crítica da Razão Pura”, Kant afirma que a razão (*Vernunft*) é a faculdade do incondicionado, ou seja, ela se coloca perguntas que não poderia deixar de fazer por conta de sua própria natureza, mas ao mesmo tempo é incapaz de respondê-las. A razão se pergunta pelas causas últimas e, na sucessão das perguntas pela causa da causa da causa etc., acaba introduzindo ilegitimamente a ideia de incondicionado, uma causa que não possui outra anterior, condição para tudo o que é, mas não condicionada por nenhuma outra (lembremos do primeiro motor imóvel de Aristóteles ou mesmo de Deus para o pensamento onto-teológico). O filósofo de Königsberg também define o conceito de entendimento (*Verstand*) como aquela faculdade que, a partir dos conceitos, produz juízos. Razão e entendimento são faculdades enfaticamente distinguidas por Kant ao refletir sobre os juízos científicos. É o entendimento que produz os juízos que serão aplicados aos dados oferecidos pelas intuições sensíveis. Para resumir, o entendimento é a faculdade responsável pelos juízos científicos, pela ciência. Faço toda essa volta para dizer que Arendt se serve destes dois conceitos, razão (*Vernunft*) e entendimento (*Verstand*), para distinguir o raciocínio do pensamento.

Para Arendt, se servindo desses conceitos iniciais colocados por Kant, o entendimento (que ela vai chamar de intelecto) é o que permite produzir juízos lógico-formais, os juízos da ciência, que explicam os fenômenos a partir de relações causais. Esse intelecto vai perseguir certas verdades verificáveis, testáveis, demonstráveis e que possuem um determinado fim instrumental. Essas verdades se encerram (como a verdade sobre $1+1=2$) quando explicitadas e explicadas, colocando fim a certo mistério. Embora essenciais para o conhecimento humano, as verdades instrumentais não possuem nenhuma característica ética ou política. A razão, por outro lado, é responsável por produzir o que ela vai chamar de pensamento. Pensar, para Arendt (e no interior da tradição fenomenológico-hermenêutica) não produz explicação finita, lógico-causal, sobre determinados fenômenos.

Ao contrário, o pensamento é motivado pela necessidade urgente de compreender o significado das experiências vividas pelos seres humanos. O pensamento não busca o conhecimento explicativo do intelecto, mas sim o sentido das experiências humanas. Compreender não significa explicar, mas sim atribuir sentido a partir de uma atividade incessante (como a razão kantiana que busca a causa da causa da causa...), que não produz resultados universais e necessários. Ainda no interior desta (nem tão) longa digressão, para fazer ainda mais sentido o que se segue em minha reflexão, acho importante explicitar o fato de que Arendt recebe a ideia de compreensão da tradição fenomenológica-hermenêutica (principalmente de Husserl e Heidegger) que, por sua vez, herda a ideia de Dilthey.

Durante o século XIX, Dilthey questiona um certo monismo epistemológico que vigorava há séculos em relação ao conceito de ciência. Para ele há dois tipos de ciências: as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), esta última tendo a História como seu grande modelo. Ora, para ele, existem dois tipos de ciências com dois objetivos e métodos diferentes. A Física e a História não são ciências no mesmo sentido, não buscam as mesmas coisas e não operam da mesma forma. E é aí que ele introduz a distinção entre explicar (*erklären*) e compreender (*verstehen*). Para Dilthey as ciências naturais buscam explicar os fenômenos reduzindo-os ao caso singular de uma lei ou conjunto de leis, que buscam conhecimento do geral, do universal. As ciências do espírito, diferentemente, buscam compreender certos fenômenos, mas sempre particulares, singulares, sem reduzi-los a uma lei, atribuindo sentido a eles. Compreender é atribuir sentido, não explicar causalmente um fenômeno. O conceito de compreensão, claro, vai passar pelo neokantismo, pela fenomenologia, até ser recepcionado por Arendt que busca compreender o sentido da política em nossa época, singularmente, olhando para suas circunstâncias de manifestação e outorgando sentido a ela, e não explicar causalmente fenômenos em busca de um conhecimento acabado e finito, universal e necessário. [Fim da digressão]

É por isso que Arendt afirma que nos regimes totalitários há raciocínio, há sequência lógica na ideologia nazista, mas não há pensamento. Ideologia e terror, ao produzirem isolamento e solidão, ao destruírem tanto o espaço público da política quanto o espaço privado da interioridade, solaparam as bases para qualquer compreensão do sentido da experiência vivida dos seres humanos.

Distinguindo-se da informação correta e do conhecimento científico, a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos sentir em casa no mundo (Arendt, 1993, p. 39).

A atividade do pensamento capaz de produzir compreensão é definida por Arendt como um diálogo silencioso do sujeito consigo mesmo (ao modo socrático), atividade essa destruída principalmente pela produção massiva da solidão. A ideologia produz uma sequência lógica que não está baseada na realidade, mas na imaginação⁵, em um mundo mentiroso destituído de base factual.

Do mesmo modo como o terror, mesmo em sua forma pré-total e meramente tirânica, arruína todas as relações entre os homens, também a auto-compulsão do pensamento ideológico destrói toda relação com a realidade. O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento) (Arendt, 1989, p. 526).

Os nazistas se dizem guiados pelas leis da natureza, inexoráveis, imparáveis e o papel do regime totalitário é simplesmente apressar esse processo de necessidade natural/inexorabilidade natural. O povo alemão está fadado, como um destino inscrito na própria natureza, no sangue, na raça, a atingir o domínio do mundo, a pureza racial e o ponto mais alto dentre todos os seres vivos humanos. Dessa premissa absurda sobre o papel da raça superior ariana pode-se deduzir as mais absurdas conclusões, factualmente falsas, mas logicamente válidas. E prestem atenção a esse detalhe: a ideologia totalitária constrói um mundo, dedutivamente, com base em uma lei. Esse é um dos elementos que distingue bem o totalitarismo de outros regimes tirânicos, autoritários, ditatoriais. As outras tiranias sempre se caracterizaram por serem fora da lei, por agirem na ilegalidade. Lembrem-se de nossa própria ditadura e de nossos líderes autoritários, que enquanto enchiam a boca para dizer que tudo o que faziam estava de acordo com a lei e a constituição, cometiam os mais graves crimes aparte delas, nos porões. Os porões são a imagem subterrânea onde a ilegalidade vigorava na ditadura.

⁵ Cabe aqui um pequeno esclarecimento. Quando Arendt fala em imaginação e em ficção, está fazendo alusão não à faculdade de produzir histórias e significados para as experiências humanas, como a literatura e as artes fazem, mas sim de um desprendimento da experiência vivida, da realidade experimentada, com a coerência de um discurso puramente formal que não se baseia em experiência alguma. “A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte” (Arendt, 1989, p. 401). Arendt, inclusive, ao longo de sua produção filosófica, valoriza bastante a ficção e a faculdade da imaginação tanto no âmbito literário e artístico quanto no da história. Mas isso é conversa para outra hora. Para começar a discussão, cf. Cordeiro, Roan. *Sobre os sentidos da imaginação em Hannah Arendt*. In Anais do GT no XIX Encontro da ANPOF. *E-book* – Toledo: Instituto Quero Saber, 2023.

O totalitarismo não era ilegal nesse sentido, já que as leis que seguia não eram as leis civis que protegiam direitos, mas as leis da natureza e/ou da história. “O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História” (Arendt, 1989, p. 517). Assim sendo, o regime totalitário e seus líderes estavam obedecendo a um raciocínio ideológico, dedutivo, a partir de uma lei acima de todas as outras e não à parte delas: a lei da própria natureza. O totalitarismo é metafísico e jusnaturalista, pois obedece a leis superiores às humanas positivadas. Seria da própria natureza que sua ideologia derivaria suas premissas. A existência humana conduzida pela relação de luta entre raças, por exemplo, era a consequência necessária dessa lógica ideológica nefasta e mentirosa. Nela, os judeus (a anti-raça), os inimigos objetivos responsáveis por todas as mazelas dos alemães superiores, deveriam ser eliminados, eles eram o problema fundamental da Alemanha. A essa eliminação do problema fundamental os nazistas deram um nome: solução.

Vemos que, para Arendt, a solidão é uma das causas principais de todos os movimentos totalitários, é ela que estabelece o fundamento comum do terror. Se o isolamento somente diz respeito à esfera política, a solidão concerne à totalidade da vida humana.

O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (Arendt, 1989, p. 527).

Essa solidão, em conjunto com o isolamento político, produz um sentimento de perda de sentido no mundo moderno, um deslocamento da condição dos seres humanos a uma situação de desabrigo, desenraizamento e desolação. A palavra que Arendt resgata é aquela usada também por Heidegger, a saber, *Verlassenheit*, uma situação de ser abandonado, de abandono. Como já havia dito, enquanto a tirania clássica destrói a esfera pública, isolando os indivíduos e destruindo suas capacidades para a ação política, o totalitarismo, além disso, insiste em destruir a vida privada. Na solidão é impossível a ação e a criação de novos começos. É impossível a pluralidade. É impossível a contingência e a imprevisibilidade da política.

O totalitarismo destrói, a partir da solidão, o espaço **entre** as pessoas, arruinando tanto a capacidade de pensamento quanto o relacionamento da pessoa consigo mesma e com

os outros. O terror total e a ideologia totalitária tornam as pessoas supérfluas, reduzidas a meros entes metabólicos. Foi a produção generalizada de superfluidade que permitiu a ascensão do totalitarismo. O apelo à lei da natureza, a destruição do mundo político e social, a erradicação da individualidade humana, a destruição da possibilidade do pensamento e da compreensão sobre aquilo que se estava fazendo produziram uma situação em que as estruturas de sentido do mundo humano não faziam mais sentido. Lembro aqui da personagem do coronel Landa, no filme “Bastardos Inglórios” de Quentin Tarantino, que já foi amplamente mencionado nas palestras de meus outros colegas mais cedo⁶. Ele, não como vítima, mas como algoz, também se tornou supérfluo. Ele representa as consequências dessa superfluidade generalizada produzida pelo totalitarismo. Prestem atenção no discurso lógico, expresso pelo seu monólogo/diálogo com o sr. LaPadite no início do filme:

- Se comparassem as qualidades dos alemães às de um animal, seriam a perspicácia e o instinto predador do falcão. Mas se comparassem as qualidades dos judeus às de um animal, seriam as mesmas do rato. A propaganda do *Führer* de Goebbels diz exatamente o mesmo. Mas nossas conclusões diferem porque não considero a comparação um insulto. Leve em consideração o mundo em que o rato vive. É um mundo bastante hostil. Se um rato entrasse pela sua porta da frente, agora, o sr. o receberia com hostilidade?
- Suponho que sim.
- O rato lhe fez alguma coisa para criar essa animosidade?
- Ratos espalham doenças. Eles mordem as pessoas.
- Os ratos foram a causa da peste bubônica, mas faz tempo. Toda doença que o rato pode espalhar, o esquilo também pode. Concorda?
- Sim.
- Mas não sente a mesma animosidade pelos esquilos que sente pelos ratos, não é?
- Não.
- Embora ambos sejam roedores, não é? E, exceto pelo rabo, são bem parecidos, não são?
- Pensamento muito interessante.
- No entanto, por mais interessante que possa parecer, não faz a menor diferença no que o sr. sente. Se um rato entrasse aqui agora, enquanto estou falando, o sr. o receberia com um copo do seu delicioso leite?
- Provavelmente não.
- Achei que não. Não gosta deles. Não sabe por que não gosta deles. Só sabe que os acha repulsivos. Consequentemente, um soldado alemão vasculha uma casa suspeita de esconder judeus. Onde o falcão procura? No celeiro, no sótão, no porão, em todo lugar onde ele se esconderia. Mas há muitos lugares que nunca ocorreriam a um falcão. Mas a razão de o *Führer* me trazer dos Alpes austríacos para cá nas fazendas leiteiras francesas, é porque isso ocorre a mim. Sei o que o ser humano é capaz de fazer quando abandona a dignidade (Bastardos, 2009, 14:17 – 17:00).

Logo após este monólogo/diálogo, o coronel Landa chama seus soldados e fuzila os judeus escondidos embaixo da casa. Landa compara os judeus a ratos e constrói um longo argumento para justificar o porquê de exterminá-los, contudo, não consegue se justificar.

⁶ O professor Jean Siqueira, meu grande amigo, publicou neste mesmo volume da revista um artigo primoroso sobre a cinematografia do filme “Bastardos Inglórios”. Recomendo vivamente a leitura.

Acha-os repulsivos, mas não sabe por quê. Vejam que ele constrói um argumento, raciocinando coerentemente sobre a necessidade de eliminar uma praga, em um mundo em que judeus (junto com outros inimigos objetivos do regime como os social-democratas, os comunistas, os Testemunhas de Jeová, os homossexuais, as pessoas com deficiência, os Roma e os Sinti), são considerados pragas a serem eliminadas. Para Arendt, a perda do mundo, o sentimento de desenraizamento das pessoas, as tornam vítimas fáceis do terror, inclusive (e principalmente) os algozes. A perda do mundo prejudica seu apego à própria realidade.

As pessoas aderentes ao regime passam a se tornar suscetíveis às ideologias que são consistentes de um ponto de vista lógico (mesmo que sejam insanas), lógica de um discurso que propõe uma realidade alternativa, um mundo fictício, a partir de mentiras. Para Arendt, a perda do mundo humano estável preenchido de sentido é a perda das barreiras institucionais e psicológicas que normalmente colocam os limites daquilo que é possível ser. Por exemplo, as barreiras artificiais do mundo político, moral, histórico, colocam barreiras sobre a possibilidade de sermos assassinos de inocentes. A natureza, não. O regime totalitário, ao reduzir seu movimento à busca pela aplicação das leis da natureza, da raça e do sangue, destrói o sentido do mundo político compreendido como um artefato criado pelos seres humanos a partir de um longo fio herdado da tradição, em oposição ao caos da natureza e seu direcionamento cego que rumo apenas à sobrevivência metabólica dos que conseguem se adaptar a determinados ambientes. A natureza, como argumentou Hobbes, nos reduz a um movimento mecanicista abastecido por nossas paixões, o que inevitavelmente nos leva à guerra de todos contra todos. A destruição da espontaneidade e do poder de agir, com a produção do isolamento e da solidão, faz com que, ao mesmo tempo, cada indivíduo isolado e solitário se vire contra o outro. Se a vida humana, em sua dimensão histórico-política, construiu modos de estabelecer uma relação de convívio pacífico rompendo com essa ideia de natureza hobbesiana, ao fazê-la retornar, como fazem os nazistas, é a guerra de todos contra todos que se instala quando a política perde todas as suas referências. O movimento se torna uma torrente natural que engole a todos e destrói a totalidade significativa que caracteriza a vida humana.

As ideologias sempre se orientam na direção da história, mesmo quando, como no caso do racismo, parecem partir da premissa da natureza; nesse caso, a natureza serve apenas para explicar as questões históricas e reduzi-las a elementos da natureza. A pretensão de explicação total promete esclarecer todos os acontecimentos históricos — a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro. Em segundo lugar, o pensamento ideológico, nessa capacidade, liberta-se de toda experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer.

Assim, o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade "mais verdadeira" que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la (Arendt, 1989, p. 523).

A partir desses elementos, vemos uma história de estruturas rompidas e de pessoas desenraizadas por conta da perda maciça do mundo humano da civilização. Humanos civilizados precisam habitar um mundo feito pelos humanos com estruturas estáveis, afinal, é nele que eles nascem e se tornam humanos, senão o que resta é um bando de animais metabólicos guiados por leis da natureza que não possuem sentido, senão o do próprio movimento rumo à sua autodestruição. O mundo se torna um lugar selvagem, nem experiência nem pensamento são possíveis. “Se é lei da natureza eliminar tudo o que é nocivo e indigno de viver, a própria natureza seria eliminada quando não se pudessem encontrar novas categorias nocivas e indignas de viver” (Arendt, 1989, p. 516). Este mundo estável da civilização humana é produzido, historicamente, a partir das leis e direitos, opiniões e vozes distintas, que permitem com que a gente acesse o bom senso que vem com uma realidade estável e compartilhada.

Lembremos que o primeiro movimento para a solução final da questão judaica foi a retirada dos direitos civis e da cidadania. Ora, se retiramos dos seres humanos o fundo hermenêutico que os dota de sentido no mundo, se retiramos seus direitos, sua cidadania, as condições que permitem com que cada um se desenvolva enquanto um projeto no mundo compartilhado com outros, em suma, se retiramos as possibilidades de cada um aparecer enquanto humano para outros humanos, reduzimos o animal político a um mero agregado de células, sem dignidade ou direitos, tal como um inseto que, quando se torna problemático, eliminamos. Ao retirar os direitos civis dos inimigos objetivos do regime, ou seja, ao impedi-los de irem ao parque, de pegarem o ônibus, de trabalharem, estudarem, casarem, andarem na rua e, pior, ao encarcerá-los em campos de concentração, o passo derradeiro não pode ser, senão, o de matá-los, já que deles não resta mais nada, se tornam supérfluos. O totalitarismo se funda na experiência herdada dos apátridas, experiência massiva de superfluidade produzida, antes pelo imperialismo dos grandes países capitalistas durante o neocolonialismo das grandes potências durante o século XIX (sobre isso, podemos discutir em um outro dia, mas cabe lembrar que acusam muitas vezes Arendt de ser uma liberal antimarxista e anticomunista, mas se esquecem de que ela está mostrando explicitamente que

foram elementos cristalizados da sociedade burguesa capitalista que culminaram nos regimes totalitários)⁷.

Assim como os apátridas, produtos do imperialismo do século XIX, não eram reconhecidos por nenhum governo e, portanto, não tinham direito algum reconhecido, os judeus (e os outros inimigos do regime totalitário) eram perseguidos, presos e mortos não porque eram criminosos, mas porque eram o que eram. Também não tinham direitos e não eram amparados por governo algum, sem reconhecimento de direito algum, de dignidade alguma. A destruição do espaço público, espaço político por excelência - constituído por uma pluralidade de agentes que trocam opiniões e agem coletiva e organizadamente -, retirou a condição humana, histórica e política, de cidadãos reconhecidos como tal. A cidadania, ou seja, o direito a ter direitos, aquilo que possibilitava os vínculos entre as pessoas (não apenas enquanto pertencente à espécie humana, mas também a uma comunidade politicamente organizada, cidadania ativa) foi retirada à força delas.

O homem do século XX se tornou tão emancipado da natureza como o homem do século XVIII se emancipou da história. A história e a natureza tornaram-se ambas, alheias a nós, no sentido de que a essência do homem já não pode ser compreendida em termos de um nem de outra. Por outro lado, a humanidade, que para o século XVIII, na terminologia kantiana, não passava de uma ideia reguladora, tornou-se hoje de fato inelutável. Esta nova situação, na qual a “humanidade” assumiu de fato um papel antes atribuído à natureza ou à história, significaria nesse contexto que o direito a ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. Nada nos assegura que isso seja possível (Arendt, 1989, p. 332).

O espaço público é um mundo em comum, compartilhado, e só existe quando a multiplicidade de perspectivas está garantida sobre assuntos que aparecem publicamente. A capacidade de agir e falar em público é, para Arendt, aquilo que permite com que apareçamos para os outros enquanto fenômeno, e o que constitui a esfera política. Falar é aparecer, mas para falar é preciso que se garanta o direito a aparecer enquanto um agente político.

O que Hannah Arendt estabelece é que o processo de asserção dos direitos humanos, enquanto invenção para convivência coletiva, exige um espaço público. Este é kantianamente uma dimensão transcendental, que fixa as bases e traça os limites da interação política. A este espaço só se tem acesso pleno por meio da cidadania. É por essa razão que, para ela, o primeiro direito humano, do qual derivam todos os demais, é o direito a ter direitos, direitos que a experiência totalitária mostrou que só podem ser exigidos através do acesso pleno à ordem jurídica que apenas a cidadania oferece (Lafer, 1988, p. 166).

⁷ Para reforçar essa ideia, Margareth Canovan escreve que: “Ela atribui a origem desse movimento obsessivo à dinâmica do mercado capitalista, argumentando, como Marx, que o dinamismo é a característica crucial do capitalismo, originado da conversão de propriedades sólidas em riquezas fluidas. Antes do advento do capitalismo, a propriedade havia sido uma força de estabilidade social e política, mas, uma vez convertida em capital, ela se tornou móvel e ampla, sem nenhum respeito por limites ou instituições consolidadas e nenhum limite natural” (2023, p. 58).

A perda do mundo é, também, a derrocada dos direitos humanos, quando humanos deixam de ser considerados enquanto tal. Humanos sem mundo deixam de ser humanos, portanto, Quando mencionei que o isolamento e a solidão produzem a perda do mundo, faltou definir claramente o que Arendt entende por mundo. A partir de sua herança, tanto da filosofia de Dilthey (que afirmou o caráter hermenêutico da historicidade humana), quanto (principalmente) da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger, Arendt concebe o mundo como um conjunto de artefatos, obras, instituições criadas intersubjetivamente entre os humanos e que permite a relação entre eles. O mundo é a barreira artificial que os humanos interpõem entre eles e o movimento voraz da natureza. Sem essa barreira, tudo é possível, inclusive as coisas mais absolutamente terríveis, aquelas que ficam nas profundezas do intangível. A tarefa do pensamento e da compreensão requer a dimensão da solitude, não da solidão. Na solitude, diferenciamos a esfera privada e o espaço público, sem perdê-los. O pensamento exige um retiro, pelo menos em grau, da vida pública para podermos experimentar o diálogo silencioso do pensamento consigo mesmo, ou seja, como um processo de autoconhecimento. No diálogo do sujeito consigo mesmo, aquele que está dividido em dois, entre aquele que é para si, mas também para o mundo, ao se apresentar em público e aparecer para os outros, recompõe sua unidade. E é no espaço do pensamento na solitude que a pessoa pode confrontar suas experiências, suas crenças, seus conhecimentos. O isolamento e a solidão destroem essa capacidade, como vimos.

A solidão é perigosa exatamente porque faz com que o indivíduo seja incapaz de distinguir o real daquilo que não é. A pessoa reduzida à superfluidade, incapaz de pensar, e imersa na solidão, é a presa perfeita para a mentira no âmbito da política. Em um mundo sem espontaneidade, o poder total se instala mantendo reflexos condicionados, pessoas como joguetes sem traço algum de espontaneidade. A nossa condição política, de espontaneidade e pluralidade nos permite fazer tantas coisas, nossos recursos são tão grandes que só podemos ser completamente dominados quando deixamos de ser humanos e nos tornamos apenas uma espécie animal. A natureza não coloca limites no poder humano e, se quisermos, podemos reduzir uns aos outros a meros animais. Descobrimos isso com o advento dos regimes totalitários, mas parece que já esquecemos. É preciso ainda tentar compreender o que ocorreu nesse nosso louco, destrutivo e avassalador século XX que passou e do qual somos herdeiros diretos.

A compreensão começa com o nascimento e termina com a morte. Se é verdade que o surgimento dos governos totalitários é o acontecimento central de nosso mundo, ao compreendermos o totalitarismo não estaremos perdendo coisa

alguma, mas, antes, reconciliando-nos com um mundo em que tais coisas são definitivamente possíveis (Arendt, 1993, p. 39).

Verdade e Política – tentativa de alguma conclusão

Bom, comecei com Kant e empreendi essa longa jornada pelo pensamento de Arendt para mostrar que esses absurdos ainda estão em voga em nossos dias, cada vez com mais força. Apesar de Arendt enfatizar a singularidade do totalitarismo, ou seja, que ele existiu apenas durante o regime nazista e em alguns momentos do stalinismo, ela mesma afirma que as chances de ele voltar são ainda maiores do que a primeira vez em que veio à tona. Uma série de elementos totalitários restaram e, me parece, dos mais perigosos são aqueles que ideologia e terror produziram: isolamento e solidão.

A solidão e o isolamento, a destruição das esferas pública e privada, produziram os sujeitos perfeitos para caírem nos discursos ideológicos de um mundo fictício, mentiroso. Enfatizei em Arendt que a ideologia produz discursos que, por mais absurdos, possuem uma lógica convincente, porém mentirosa, que inventa um mundo a partir do discurso pseudocientífico e conspiratório.

A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade; procura sempre injetar um significado secreto em cada evento público tangível e farejar intenções secretas atrás de cada ato político público. Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas afirmações ideológicas. O conceito de inimizade é substituído pelo conceito de conspiração, e isso produz uma mentalidade na qual já não se experimenta e se compreende a realidade em seus próprios termos — a verdadeira inimizade ou a verdadeira amizade — mas automaticamente se presume que ela significa outra coisa (Arendt, 1989, p. 523).

Nosso mundo atual, principalmente por meio das redes sociais, agora inflamadas pela infinita capacidade das inteligências artificiais em produzir falsidades, vive uma epidemia de mentem todosras, principalmente na política. Líderes mundiais com poderes quase infinitos nas mãos ajudam a criar e a disseminar notícias falsas e conspiratórias sobre vacinas e remédios, sobre epidemias, conspirações como a de mulheres querendo dominar os homens e emasculá-los, a construção da imagem de refugiados em terroristas a pretexto de exterminar a todos e assim por diante. Milhões de pessoas morreram e continuam a morrer por causa desses discursos mentirosos no âmbito da política. Muita gente, cada vez mais, crê no direito de mentir, de deliberadamente falsear a realidade, para concretizar seus projetos de poder. Estamos vendo doenças erradicadas há mais de um século voltarem e matarem crianças por causa de discursos conspiratórios sobre as vacinas; mulheres sendo mortas, atacadas e perseguidas por homens que acreditam naquela conspiração feminina contra eles;

professores sendo objetos de ódio por causa de um discurso de que estariam doutrinando as pessoas nas escolas e nas universidades: doutrinando para virarem drogados, homossexuais, comunistas, tudo junto, em todo lugar ao mesmo tempo.

Em uma realidade dura em que as pessoas estão cada vez mais isoladas e solitárias, principalmente jovens apartados da vida política por enxergarem nela uma ausência de sentido atroz, ao mesmo tempo em que estão solitários em seus quartos escuros jogando vídeo games, acessando fóruns na deep web que fomentam a crueldade, a violência e a intolerância, a suscetibilidade em aceitar discursos conspiratórios se torna cada vez maior. Falei de jovens, mas pessoas mais velhas também não escapam dessas mesmas condições. Isoladas e solitárias, são mobilizadas pelas telas dos celulares e aplicativos de mensagens que disseminam em massa teorias conspiratórias, desde o formato do planeta até tramas comunistas de destruição da família e dos valores civilizatórios. Nesse mundo de mentiras e realidades alternativas, até o Paraguai se torna paraíso da liberdade e da riqueza na terra! Retomo aqui a citação que coloquei no início de minha fala, agora enriquecida com muitos pressupostos que, creio, a tornam inteligível:

O que as massas se recusam a reconhecer é a fortuidade que permeia a realidade. São predispostas a todas as ideologias porque explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências inventando uma onipotência oniabrangeante que supostamente está na raiz de todo acaso. A propaganda totalitária viceja nesta fuga da realidade para a ficção, da consciência para a consistência (Arendt *apud* Correia, 2014, p. 11).

Em todos esses discursos conspiratórios, permeados pela disseminação de terror a partir de um viés ideológico muito claro, reina uma explicação clara, fácil, objetiva, sobre porque o mundo está onde está. A culpa sempre está nos inimigos objetivos (as mulheres, os pobres, os refugiados, os imigrantes, os comunistas, a comunidade LGBTQIAP+) e sempre é muito fácil resolver: subjugar, eliminar, perseguir, calar. Se não vivemos no totalitarismo, claro é que um de seus elementos cristalizados está ganhando força. As redes sociais são catalizadores assombrosos dessas possibilidades, cada vez maiores, do abominável voltar a ocorrer completamente. A verdade, ou seja, dizer o que é porque aparece como é, neste mundo, nunca correu tanto risco e a realidade da experiência vivida das pessoas nunca foi tão fácil de ser negada.

Arendt, ainda ela, em “Verdade e Política” (2014), nos mostra que um tipo de verdade é muito mais vulnerável que outra. Ela distingue verdades de fato das verdades de razão. Sobre verdades de razão, que ela vai identificar como verdades lógico-rationais, podemos afirmar que são verdadeiras ou falsas, mas não podemos afirmar que são verdadeiras ou mentirosas. São as verdades teóricas, matemáticas, filosóficas e científicas. Estas podem até

ser atacadas, enterradas, momentaneamente esquecidas, mas alguém sempre poderá descobri-las novamente. É apenas em relação às verdades de fato que podemos falar em mentira na política. As verdades de razão, por mais que possam ser instrumentalizadas, negadas, rejeitadas, podem sempre ser reconhecidas, reconstruídas, reproduzidas em outro momento ou em outro contexto.

As verdades de fato, as que se dão no âmbito das contingências humanas, são mais vulneráveis. São aquelas que se referem a acontecimentos.

As possibilidades de que a verdade fatural sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sob o perigo de ser ardilosamente eliminada do mundo, não por um período apenas mas, potencialmente, para sempre. Fatos e eventos são entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas e teorias – ainda que os mais desvairadamente especulativos – produzidos pelo cérebro humano; ocorrem no campo das ações dos homens, em sempiterna mudança, em cujo fluxo não há nada mais permanente do que a permanência, reconhecidamente relativa, da estrutura da mente humana. Uma vez perdidos, nenhum esforço racional os trará jamais de volta (Arendt, 2014, p. 287-288).

Essas verdades que “constituem a tecitura mesma do campo político” são contingentes, pois são produtos da vontade humana. Esses fatos, diferente das verdades de razão, se perdem com a mentira humana e nenhum esforço racional pode devolvê-los. A contínua deformação dos fatos, sua omissão, sua falsificação, sua difamação pelo poder político podem enterrá-las para sempre. Durante o nazismo a propaganda convenceu pela mentira, pela ficção de uma realidade nunca experienciada, mas logicamente propagada, que os judeus mereciam morrer; logo em seguida, os discursos negacionistas tentaram convencer (convenceram muito, e ainda convencem) de que não houve genocídio, nem campos de concentração. Da mesma forma, certos discursos, sempre vindos do mesmo espectro ideológico, querem convencer de que não houve epidemia de Covid-19, que as vacinas matam, que não houve ditadura no Brasil, enfim. A mentira na política, em um mundo em que as pessoas estão cada vez mais isoladas e solitárias, é um perigo cotidiano e muito difícil de combater. A dessignificação do mundo ainda permanece, quando o discurso da vez é o de que estamos sozinhos e é cada um por si. Só teremos sucesso nele se, por nós mesmos, isolados dos outros, conquistarmos nossos sonhos. Mas, quando falhamos, também a culpa é inteiramente nossa, por não trabalharmos o suficiente, por não investirmos, como empresários de nós mesmos, em nossa empresa (que somos nós). Precisamos de armas para nos protegermos, já que nossa segurança depende só de nós. De automóveis particulares para nos locomovermos, já que o transporte é responsabilidade nossa. De nossos próprios negócios, já que trabalhar para os outros é indigno e não devemos depender de ninguém

(lembro dos ataques que a juventude está fazendo à CLT, acreditando ser indigno trabalhar de carteira assinada). Precisamos de muros cada vez mais altos, câmeras cada vez mais potentes, celulares cada vez mais eficientes, ferramentas que, cada vez mais, nos isolam e tornam o espaço público obsoleto e o espaço privado vazio. E é nessa perda do mundo que o perigo habita, como um tornado que varre tudo do mapa. A mentira na política, nesse vale de lágrimas solitário que se tornou o mundo contemporâneo, é a maior ameaça à estabilidade do mundo e à sua sobrevivência, pois ela mata aquilo que aparece a cada ser humano tal como é, em suas experiências singulares, ou seja, aquilo sobre o qual o pensamento e a compreensão podem retirar significação. A mentira, ao destruir o que é, aquilo que aparece nas experiências singulares dos sujeitos, destrói a possibilidade de testemunhar o que é, pois nada lhes aparece, a não ser a ficção inventada pela ideologia que a tudo pretende dominar e destruir, inclusive o real da experiência vivida.

O que se acha em jogo é a sobrevivência, a perseverança na existência (*in suo esse perseverare*), e nenhum mundo humano destinado a perdurar após o curto período de vida dos mortais seria capaz de sobreviver sem que os homens estivessem propensos a fazer aquilo que Heródoto foi o primeiro a empreender conscienciosamente – a saber, *légein tá eônta*, dizer o que é. Nenhuma permanência, nenhuma perseverança da existência podem ser concebidas sem homens decididos a testemunhar aquilo que é e lhes aparece porque é (Arendt, 2014, p. 285).

Lembro-me de um livro recente do antropólogo Anand Pandian, intitulado “Something between us” (2025), em que argumenta que a polarização e as divisões políticas não são apenas debates ideológicos abstratos, mas sim o reflexo de “muros cotidianos” físicos e psicológicos que construímos ao nosso redor. Ele está falando da sociedade estadunidense, mas creio fazer muito sentido para nós e o resto do mundo, junto com as reflexões arendtianas já que, segundo ele, a grande divisão social começa no isolamento da nossa rotina: em casas e bairros fortificados, carros massivos e blindados (como SUVs), ecossistemas digitais que criam bolhas de informação (“muros da mente”) e uma cultura que nos incentiva a enxergar nosso próprio corpo como uma fortaleza contra o exterior. Esse isolamento sistemático destrói nossa capacidade de empatia, contato com os outros, de capacidade de ação, de aparecer enquanto fenômenos para os outros no espaço público da política. O isolamento das casas, veículos enormes feitos para nos proteger do mundo exterior, corpos considerados como fortalezas que precisam ser protegidas das outras pessoas, muros da mente: ecossistemas de informação, redes sociais, nos isolam em realidades diferentes, como se cada um de nós vivesse em universos completamente diferentes. Tudo isso produz o ambiente para a disseminação massiva da solidão e para a

aceitação de realidades fictícias, para as mentiras na política que destroem as verdades de fato, aquilo que os seres humanos produziram, boas e más, em um mundo de experiências reais compartilháveis.

Uma das maiores e piores heranças dos regimes totalitários do século XX foi a produção massiva da mentira no espaço político, ou seja, a destruição das verdades de fato. Os meios de comunicação de massa, as redes sociais, os aplicativos de mensagens dedicam uma atenção desproporcional aos rumores, aos escândalos e às práticas de engano. Quanto mais sórdida é a história, ou mais espetacular, mais vale como notícia. Todos nós nos tornamos receptáculos de uma grande quantidade de mentiras em um grau muito maior do que épocas passadas. A dignidade do espaço público foi destruída e, assim como Arendt, precisamos retirá-la dos escombros. Há um mundo de significação que ainda sobrevive, mas é com muita luta que podemos mantê-lo, protegê-lo, garanti-lo. As verdades de fato só poderão sobreviver, assim como o mundo em que elas significam alguma coisa, se não nos esquecermos delas, se impedirmos que elas sejam destruídas, se dissermos aquilo que é quando aparece como é em nossas experiências de sentido. O mundo precisa ser reconhecido, mais uma vez, como nosso lar e, para isso, o pensamento e a compreensão precisam de espaço para existir. Precisamos de coragem e, acima de tudo, atenção.

Referências

ARENDT, Hannah. Compreensão e Política. In: *A dignidade da política*: ensaios e conferências. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo, SP: Perspectiva: 2014.

BASTARDOS inglórios. Direção: Quentin Tarantino. Produção de: Zehnte Babelsberg, A Band Apart. EUA/Alemanha: The Weinstein Company; Universal Pictures, 2009 (153 min).

CANOVAN, Margaret. A teoria de Arendt para o Totalitarismo: uma reavaliação. In: VILLA, Dana (org.). *Hannah Arendt* (Cambridge Companion). Tradução de Lana Lim. São Paulo, SP: Ideias & Letras, 2023.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade, política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro, RJ: Forense universitária, 2014.

GRÜNEWALD, Bernard. Veracidade, direito e mentira. Tradução de Geraldo Miniuci. *Studia Kantiana*, [S. l.], v. 6, n. 6/7, p. 180–192, 2008

KANT, Immanuel. Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade. In: *Textos Seletos*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

KOYRÉ, Alexandre. Reflexões sobre a mentira. Tradução de Maria Rios Nunes da Costa. *Eleuthería*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 6, p. 177 – 192, 2019.

KLEIN, Joel. Kant versus Constant: Sobre um suposto direito de mentir. *Studia Kantiana*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 95–126, 2023.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988.

PANDIAN, Anand. *Something between us*: the everyday walls of american life, and how to take them down. California, EU: Stanford University Press, 2025.